

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ESTREITAMENTO DAS**  
**RELAÇÕES BRASIL X ARGENTINA**

**LEANDRO BERTOLETTI JARDIM**

**BRASÍLIA**  
**2008**

**LEANDRO BERTOLETTI JARDIM**

**PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ESTREITAMENTO DAS  
RELAÇÕES BRASIL X ARGENTINA**

Trabalho de conclusão do Curso de  
Especialização em Relações Internacionais da  
Universidade de Brasília – UnB – como requisito  
parcial à obtenção do título de Especialista em  
Relações Internacionais.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Norma Breda dos Santos.

**BRASÍLIA  
2008**

## SUMÁRIO

### *PARTE I – COEXISTÊNCIA*

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>               | <b>5</b>  |
| <b>2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....</b>  | <b>10</b> |
| 2.1. Formação dos Estados Ibéricos..... | 10        |
| 2.2. Diferenças.....                    | 13        |
| 2.3. Incidentes nas relações.....       | 15        |
| <b>3. A QUESTÃO IDIOMÁTICA.....</b>     | <b>23</b> |

### *PARTE II – APROXIMAÇÃO*

|   |           |
|---|-----------|
| <b>4. PROCESSOS DE APROXIMAÇÃO.....</b>                 | <b>31</b> |
| <b>5. ESTREITAMENTO NAS RELAÇÕES PÓS-DITADURAS.....</b> | <b>34</b> |
| <b>6. MERCOSUL E UM VISLUMBRE DO FUTURO.....</b>        | <b>43</b> |
| <b>7. CONCLUSÃO.....</b>                                | <b>46</b> |
| <b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>               | <b>48</b> |

## ***PARTE I – COEXISTÊNCIA***

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo o professor Gilberto Sarfati, existem, basicamente, dois grandes blocos de reflexão sobre o papel das teorias em Relações Internacionais. Um deles busca a explicação do nosso mundo (realidade) e, portanto, considera-se que há uma realidade objetiva a ser explicada. O outro procura entender o mundo, tratando da reflexão que surge a partir de uma discussão da ontologia e epistemologia<sup>1</sup>. As relações entre Brasil e Argentina inspiram as duas abordagens. Tentar explicar essa relação, longe de tornar-se lugar comum, ganha, a cada dia, elementos e ferramentas que suscitam novas abordagens e, como consequência, permite que se entenda os laços ambíguos que nortearam, ao longo da história, a diplomacia e o entendimento destes países vizinhos.

Poucas formas de expressão popular são tão representativas quanto à ambigüidade das relações entre Brasil e Argentina como o futebol e, precisamente nesse esporte, partilhado em paixão e rivalidades, observou-se um fenômeno, há algum tempo, inimaginável. No ano de 2006, o River Plate, tradicional equipe argentina, celebrou contrato por alguns anos com a estatal brasileira Petrobras. Enquanto a petroleira investiria alguns milhões, como patrocinador oficial, o seu nome seria estampado no uniforme do time portenho. Para Pierre Renouvin, em seu livro *História das Relações Internacionais*<sup>2</sup>, o papel do imaginário popular é, sem dúvidas, determinante nas relações diplomáticas e, o fato de uma equipe de futebol argentina permitir que uma estatal brasileira exponha o seu nome (com alusão clara ao Brasil) na camiseta é, minimamente, sintomático.

Há anos as percepções entre os dois países vêm mudando. O imaginário popular, tão influente nessa relação como apontou Renouvin, pode ser encarado como tipologia no âmbito diplomático e comercial, em um processo de estreitamento temporalmente acelerado, comparando-se com um passado remoto de estranhezas e desconhecimento

---

1. SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

2. RENOUVIN, Pierre. *História de las Relaciones Internacionales*. Madrid: Taurus, 1964.

mútuo. O problema proposto nesta monografia é demonstrar os processos que levaram Brasil e Argentina da rivalidade e estranheza histórica à integração e estreitamento, passando por alguns tópicos que influenciaram, em algum momento, essa relação, como as questões idiomáticas e como interferem, às questões comerciais e diplomáticas do período pós-ditaduras. Essa abordagem baseia-se numa perspectiva cronológica dos fatos. É de se supor, entretanto, que do instante de suas constituições como Estados e mesmo, desde suas formações até o presente momento, seja inviável uma sistematização dos assuntos, restringindo as temáticas em etapas determinantes das condutas diplomáticas as quais tenham influenciado, de alguma forma essa relação. Tem-se, portanto, uma visão panorâmica, na medida em que a proposição abrange muitos séculos, contudo, vislumbra a sistematização, ao basear-se em marcos históricos pertinentes ao projeto.

Com o início das democracias na região houve um incremento relacional nas mais variadas esferas, da economia ao turismo, passando pela política de integração, Brasil e Argentina vêm, a passos largos estreitando suas relações. Barreiras até então erguidas no imaginário popular e alimentadas, também, por longos períodos militares, foram desconstruídas. Aparentemente o “gigante imperialista” do norte já não oferecia motivos de desconfiança, enquanto os “*hermanos*” argentinos tornavam-se, igualmente, mais acessíveis. Há alguns anos que o sotaque carregado do castelhano pode ser ouvido vastamente em praias catarinenses (como no Balneário Camboriú, por exemplo) e a simpática San Carlos de Bariloche, na Argentina, é jocosamente conhecida entre os argentinos como “brasiloché”, sobretudo durante o inverno. É bem verdade que, nos últimos anos, tanto o fluxo do turismo como do balanço comercial vem sendo bastante oscilante, contudo, observando-se a história das relações argentino-brasileira, percebe-se que as últimas décadas experimentaram um estreitamento sem precedentes.

Não obstante o advento da criação e vigência do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e a sua relação à *priori* aduaneira, alguns esforços políticos já podem ser percebidos quanto ao estreitamento, também, nesse âmbito chave. Durante o a transição do presidente Eduardo Duhalde para o governo Kirchner, os vínculos da Argentina com o Brasil ganharam o *status* de prioritário e estratégico, sendo utilizado como ferramenta

destinada a maximizar a margem de manobra argentina em relação aos Estados Unidos e frente à União Européia, especificamente nas negociações comerciais internacionais e dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>3</sup>. Isso implica que a estratégia recente do governo argentino coloca as políticas de regionalização (fortalecimento do Mercosul) como elemento prioritário, inclusive como base para uma via de desenvolvimento alternativa à via pregoada pelo consenso de Washington.

No que diz respeito ao Brasil, a Argentina é considerada seu maior parceiro comercial na região e, em 2006, por exemplo, foi alvo de exportações que, somadas, atingiram quase US\$ 12 bilhões, contra US\$ 8 bilhões nas importações<sup>4</sup>. A balança favorável é uma novidade em uma relação deficitária de anos recentes, mas que exemplifica o potencial e nível de interação atingido.

Uma vez que as relações entre Brasil e Argentina serão aqui demonstradas quanto ao estreitamento sob a perspectiva histórica, a culminância e proposição será a suposição da necessidade de estreitamento também político, ainda que este assunto seja considerado utópico por alguns pesquisadores, que sequer são consensuais quanto à perduração do Mercosul em nível comercial.

Como objetivo geral dessa abordagem, espera-se uma apresentação dos fatores históricos que mantinham Brasil e Argentina distanciados e os aspectos que envolveram a aproximação e, no capítulo que fala do vislumbre futuro, serão reafirmados algumas necessidades no campo político com vista na sustentabilidade e perduração de um estreitamento ainda mais abrangente e com planejamento, conforme experiências bem-sucedidas, como quando da criação da EU – União Européia, há meio século, a despeito do nível da modernização e organização do Brasil e Argentina.

A metodologia empregada aqui munir-se-á de teorias que tentarão descrever, explicar e, por fim, prever e prescrever, sob uma abordagem realista, considerando-se

---

3. Rev. Brás. Polit. Int. 49 (1): p. 204 (2006).

4. Estatísticas e fonte divulgadas na Agência de Notícias Radiobrás no *site* <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/01/17/materia.2007-01-17.4812567021/view> (Acessado em março de 2008).

Os Estados como fonte principal das relações internacionais, sem, contudo, esquecer-se da ótica histórica e das condicionantes estruturais do processo da perspectiva globalista<sup>5</sup>. Iniciando-se por uma argumentação introdutória na qual o estreitamento é abordado, esta pesquisa estende-se aos antecedentes históricos de Brasil e Argentina, apontando, na formação dos Estados Ibéricos, alguns ingredientes que influenciariam também as formações destes países. Suas diferenças serão acentuadas em seguida, à medida que se tornaram Estados independentes e, portanto, enfrentariam questões básicas na diplomacia, da navegabilidade do Rio da Prata à aproximação da Argentina com a Alemanha e do envolvimento do Brasil com os Estados Unidos, antes da Primeira Grande Guerra, de fato, alguns incidentes foram protagonizados, mas, sobretudo, evitaram-se em um confronto armado que redundaria muito mais em prejuízo aos dois países.

Será abordada também a questão idiomática. A menção lingüística é válida não obstante a sua pertinência da sua perfeita manipulação em esferas diplomáticas e em como o português e o espanhol podem ser verdadeiras ferramentas de estranhamento ou aproximação.

Alguns fatores levariam a processos de aproximação entre brasileiros e argentinos, culminando nos períodos pós-ditaduras. No capítulo que fala do Mercosul e de apontamentos futuros as questões econômicas e políticas serão mencionadas, concluindo-se, finalmente, com uma perspectiva política do estreitamento e necessidades de sua execução em um nível ainda mais profundo, acarretando em uma consolidação do Brasil, da Argentina e de toda a região frente aos surgimentos regionais de mercados comuns e blocos econômicos no mundo.

Esta monografia, *A Perspectiva Histórica do Estreitamento das Relações Brasil e Argentina*, foi escrita durante um período de instabilidade na região, com a problemática envolvendo a Colômbia, o Equador e a Venezuela. Nesse momento decisivo, ressalta-se que o governo Lula e de Cristina Kirchner caminharam em conformidade diplomática quanto ao posicionamento de ambos países frente à crise. Tal posicionamento foi amplamente defendido nos periódicos argentinos como o *Clarín* e o *La Nación*, e por especialistas e observadores políticos internacionais dos dois países, os quais ressaltaram a

---

5. SARFATI, Gilberto. *Op. Cit.* p. 40.

pertinência em se andar em conformidade. Como se pode observar, existe vontade política e, o estreitamento político aqui descrito tem caminhado em rumo promissor, fazendo de vizinhos e antigos desconhecidos, cada vez mais parceiros com crescente potencial no relacionamento em geral, sobretudo, nos campos econômico e político.

## 2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

### 2.1. Formação dos Estados Ibéricos

As relações entre Brasil e seus vizinhos sul-americanos iniciam-se, de certa forma, antes mesmo da formação de seus Estados. É de se levar em consideração, portanto, que Brasil e Argentina sejam, também, resultados de um processo que se iniciou na Península Ibérica há vários séculos, no advento da formação dos povos que seriam seus colonizadores, Portugal e Espanha. A própria formação da identidade nacional brasileira e de seus vizinhos argentinos passa antes por essas raízes, com a criação das monarquias ibéricas durante a Idade Média. Pode-se dizer, portanto, que a formação das monarquias nacionais ibéricas implicariam em fatores fundamentais nas relações de suas futuras colônias, delimitando, por meio de distanciamentos naturais impostos por fatores como a língua, o nível de estreitamento nas relações diplomáticas e sociais que experimentariam.

Em 1139, quando Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, proclamou independência surgia, juntamente com o reino de Portugal, uma identidade, uma nação. A ocupação dos mouros na região sul da península já havia deixado sua contribuição mesmo antes da Guerra da Reconquista, séculos depois, quando cristãos e árabes se enfrentaram em um processo que para os portugueses significaria uma “libertação” dos infiéis<sup>6</sup>. Esse processo efetivou-se em 1492 com a conquista de Granada e continuou pelo norte da África. Igualmente, a unificação política dos espanhóis deu-se mais devido a necessidade de unirem-se no combate aos muçulmanos do que por uma conseqüência da evolução da economia burguesa. Surgiam, assim, dois povos com línguas, derivadas do latim, e com suas culturas próprias ainda com uma identidade em formação.

A expansão marítima deu-se, sobretudo, por uma necessidade de fuga das rotas pelo Mediterrâneo, dominada pelos italianos. Neste processo a Escola de Sagres era o centro

---

6. VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

de estudos para a navegação, reunindo astrônomos, geógrafos, matemáticos, cartógrafos especialistas em instrumentos náuticos e navegadores. A rivalidade e a busca por novos mercados consumidores colocaram Portugal e Espanha em oposição, o que se intensificou com os seus respectivos êxitos nos momentos em que alcançaram, enfim, as Américas.

Com o objetivo de definir os direitos de posse de cada país, formularam-se diversos tratados, dos quais o mais antigo é o Tratado de Toledo, assinado em 1480. Esse tratado, que garantia a Portugal as terras a descobrir ao sul das Ilhas Canárias, constitui uma importante vitória da diplomacia lusitana, pois assegurava a Portugal a rota das Índias pelo sul da África. Nesse sentido, também, percebem-se já lampejos quanto à organização européia ao lidar com tratados e isto, em um momento muito antes do Concerto Europeu e de Westfália.

Todavia, após a viagem de Colombo, em 1492, as decisões impostas por esse tratado tornaram-se insustentáveis. Em 1493, o papa Alexandre VI editava a Bula Intercoetera, que determinava a partilha do mundo ultramarino entre espanhóis e portugueses. Um meridiano situado 100 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde destinava a Portugal todos os territórios ultramarinos situados a leste, e à Espanha, as terras localizadas a oeste do meridiano.

Sentindo-se prejudicado, os portugueses contestaram energicamente esse tratado e exigiram sua reformulação. Depois de um período de negociações entre os dois países, um acordo foi celebrado em 1494, na cidade de Tordesilhas, na Espanha. O Tratado de Tordesilhas substituíu a linha divisória anterior por outra, situada a oeste das ilhas de Cabo Verde. Com esse tratado tornavam-se mais amplas, para Portugal, as possibilidades de conquistar terras no Atlântico ocidental, cuja existência já era do conhecimento dos portugueses.

Obviamente, tal monopólio ibérico não agradou as outras nações européias, que à essa altura, estavam aderindo à corrida expansionista. Durante o reinado de Francisco I (1515-1547), a França passou a contestar vigorosamente o Tratado de Tordesilhas:

*A contestação francesa ao Tratado de Tordesilhas teve no monarca Francisco I o mais veemente representante. Em 1540 chegou a dizer que o “sol brilhava tanto para ele como para os outros” e que “gostaria de ver o testamento de Adão para*

*saber de que forma este dividira o mundo...”. Declarou também que só a ocupação criava o direito, que descobrir um país, isto é, vê-lo ou atravessá-lo, não constituía um ato de posse e que considerava como domínio estrangeiro unicamente “os lugares habitados e defendidos”. “São essas as bases da colonização moderna<sup>7</sup>”.*

Mesmo sob as vistas grossas dos outros países europeus e mesmo sob constantes tentativas de invasão das Américas, a divisão celebrada na cidade de Tordesilhas veio a desencadear todo um processo de formação do que viria a ser o Brasil e seus vizinhos sul-americanos.

---

7. MOUSNIER, Roland. *História geral das civilizações. Os séculos XVI e XVII*. Livro I. São Paulo, Difel, 1973, p.163.

## 2.2. Diferenças

Enquanto Pedro Álvares Cabral desembarcava ao sul da Bahia, em 1500, a Espanha já se mobilizava com grandes empreitadas ao Novo Continente. Em 1516, o navegador espanhol Juan Díaz de Solís, pilotou sua embarcação ao estuário do Rio da Prata e reclamou a região em nome da Espanha. Os mecanismos de colonização utilizados nas novas terras foram fundamentalmente para exploração. Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos da América, havia uma preocupação estritamente quanto à obtenção dos recursos naturais das colônias. Isso se deu, tão acentuadamente, que os nomes dessas nações vieram a se basear em dois dos mais importantes artigos explorados. O nome Argentina vem de *argentum*, prata em latim, visto a grande quantidade do metal encontrada na região junto aos indígenas e, o nome Brasil, como é sabido, tem sua origem na árvore Pau-Brasil, amplamente comercializada no processo da colonização.

Os povos que habitavam a região que hoje ocupa a Argentina eram, em sua maioria, ameríndios nômades, na região dos pampas, e incas, na região noroeste. No Brasil, estipula-se, de maneira imprecisa, que existiam entre um e três milhões de indígenas, das mais variadas etnias. A questão étnica na formação dos povos seria, séculos depois, motivos de diferenças entre argentinos – com sua identificação ibérica e a *argentinidad* – e os brasileiros. Enquanto o Brasil recebeu nos séculos que se seguiram um grande fluxo de mão-de-obra escrava, vinda da África e, posteriormente, imigrantes provenientes das mais variadas nações, como italianos e alemães, ao sul, a Argentina procurava manter uma identidade européia (ibérica) com laços contínuos com a Espanha e, posteriormente, recebendo um significativo fluxo de imigrantes italianos.

Ambos os países, ainda no começo do século XIX, proclamaram suas respectivas independências. A Argentina em 1816, e o Brasil, em 1822. Naqueles tempos, os estados de isolamento e as quase inexistentes relações entre Brasil e Argentina foram, de certa forma, respaldado pelas metrópoles Portugal e Espanha. Com o advento das independências nos dois países, a rivalidade histórica ibérica foi, igualmente, transportada à realidade dos novos Estados constituídos. Àquele momento (após as independências), Brasil e Argentina eram dois estranhos que, enfim, teriam que

coexistir como Estados autônomos e independentes, cada qual com suas premissas e desconfianças com relação ao vizinho. O Brasil mostrava-se como imperialista, sem conhecer ‘derrotas’ ao somar novos territórios e manifestando continuamente seu interesse quanto à navegabilidade no Rio da Prata e, portanto, despontava como incógnita no subconsciente argentino.

Alguns momentos no processo de relacionamento entre Brasil e Argentina são bastante expressivos. Como aludido na Introdução, seria inviável a sistematização de todos eles, contudo, ater-se a fatos de relevância durante essa relação torna-se fundamental para que se alcance a compreensão esperada. Com base nisso, e para um melhor entendimento do nível de estranheza e tensão vivenciada por estes governos no início do Século XX, serão abordados, no próximo sub-tópico, alguns incidentes pertinentes envolvendo Brasil e Argentina.

### 2.3. Incidentes nas relações

Poder-se-ia apontar inúmeros fatos que marcaram e, portanto, serviriam de elementos norteadores da proposição no processo de estreitamento. Nesse instante, contudo, deve-se ressaltar um período longo das relações entre Brasil e Argentina, um tempo em que as divergências históricas foram determinantes. O estranhamento recíproco oriundo do desconhecimento do vizinho, aliado a interesses nacionais, propiciou momentos de tensão entre brasileiros e argentinos.

#### Rivalidade no centenário da Independência Argentina

Em 1910 a Argentina preparava-se para comemorar seu primeiro centenário de independência. Organizava, à época, um verdadeiro evento promotor de suas pretensões à potência regional. Os argentinos queriam ver essa imagem difundida e aproveitaram a ocasião para colocarem em andamento suas alianças com Europa, Estados Unidos e Chile<sup>8</sup>.

Para se compreender o contexto da ocasião, neste instante, é preciso estender a problemática das relações à outros países, sobretudo o Chile, com quem a Argentina manteve, paralelamente ao Brasil, questões conflituosas.

#### Argentina e Chile

Argentina e Chile historicamente tiveram problemas quanto à interpretação da *uti possidetis juri* de 1810, quando a Coroa espanhola cedeu capitulações – diferentes franjas do território a vários conquistadores. O problema residia em que cada país interpretava o documento à sua maneira e de acordo com seus interesses. Em 1865, o governo do Chile encaminhou uma comissão à Argentina para aclarar os limites no sul. José Victoriano Lastarria, um dos negociantes escreveu:

---

8. Rev. Brás. Polit. Int. 49 (1): 159-178 (2006).

*Propuso como transacción al gobierno Del Plata fijar como frontera, desde el norte hasta el grado 50, lãs ramas exteriores orientales de la Cordillera de los Andes. Desde dicho paralelo el límite sería una línea recta que llegaría hasta la bahía Gregorio en el Estrecho de Magallanes. Los territorios al oriente del dicha línea serían de la Argentina y los del poniente de Chile. Em el Estrecho Chile tendría dominio desde la boca occidental hasta la bahía Gregorio, inclusive, y así mismo sobre la Tierra del Fuego, y la Argentina sería soberana desde la citada bahía hasta el Atlántico<sup>9</sup>.*

Essa proposição não veio a alcançar o consenso desejado, levando ambos países a lutar pelo território do Atacama e pelo Estreito de Magalhães. Somente em 1881 Argentina e Chile chegariam a um acordo. Segundo o novo tratado, os limites passariam pelos Andes, usando como linha demarcatória as partes mais elevadas da cordilheira. Ainda que esta divisão terminasse com as questões limítrofes básicas, ambos os países sairiam frustrados por perderem saídas para os dois oceanos. Em 1902 assinaram o Pacto de Mayo, quando finalmente ambos países renunciariam ao acesso aos dois oceanos. Argentina e Chile contenderiam ainda quanto a questão do canal de Beagle, fazendo com que o Chile aproximasse da Inglaterra e Japão, prevenindo retaliações.

A ocasião da comemoração do centenário da independência seria uma oportunidade para a consolidação diplomática amistosa, enfim, entre Argentina e Chile. A diplomacia de ambos países adotaria uma postura de aproximação, passando por cima de entraves e rivalidades do passado e focando em suas histórias compartilhadas e semelhanças. Esta era uma opção um tanto dolorosa, contudo, providencial e, certamente, incompatível na aplicação com o relacionamento de Brasil e Argentina.

---

9. EYZAGUIRRE, Jaime. *Breve historia de las fronteras de Chile*. Santiago de Chile: Universitária, 1968, p. 80.

## Argentina e Brasil à época

Longe de um apontamento comum baseado na história compartilhada, Brasil e Argentina alimentavam uma rivalidade que não seria facilmente superada, muito menos por ocasião de uma festa em que o Brasil foi ignorado.

O Brasil que no ano anterior à festa havia adquirido para sua marinha as embarcações São Paulo e Minas Gerais, alimentava as suspeitas de um possível confronto direto.

Historicamente, o Brasil mostrava-se como aquela potência do Cone Sul imperialista e que, obedecendo aos anseios das elites imperiais, lutava incansavelmente pela hegemonia e pela livre navegação do Rio da Prata e, neste movimento, arrastou consigo Uruguai e Paraguai, considerados como tampões entre Argentina e Brasil<sup>10</sup>. Concomitantemente a essas reivindicações diplomáticas brasileiras, o país não abria mão da sua hegemonia quanto à navegabilidade do Amazonas, temendo com isso a perda de alguma parte do seu território. Essa contradição da diplomacia brasileira, reivindicando a navegabilidade do Prata e, recusando que outros países utilizassem o rio Amazonas, alimentava e acrescentava os distanciamentos políticos/ideológicos com seu vizinho do sul.

Outra questão a ser relevada era a do próprio imaginário popular. Ambos os países se desconheciam, fazendo elucubrações distorcidas e mal formadas entre si. Na história das relações internacionais o imaginário é uma das forças, apontadas por Pierre Renouvin<sup>11</sup>, como determinantes, no que corrobora Jean Baptiste Duroselle, afirmando que a opinião pública e o nacionalismo, entre outros, são, também, fatores influentes

---

10. MONIZ BANDEIRA, L. A., *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: Ed. Da UnB/Ensaio, 1995.

11. RENOUVIN, Pierre. *História de las Relaciones Internacionales*. Madrid: Taurus, 1964.

nas relações entre Estados<sup>12</sup>.

A Argentina, mesmo antes da Guerra da Tríplice Aliança, aumentara substancialmente o seu contingente militar e sua capacidade de formação das forças armadas, por meio de novas escolas. A inquietação no Brasil aumentou grandemente quando, sob a presidência do general Roca, em 1880, estreitaram-se as relações da Argentina com a Alemanha, país que vinha dando grandes passos na construção do Estado Nacional. A Alemanha também estendeu sua influência no âmbito econômico/financeiro, concentrando investimentos nas áreas de eletricidade, navegação, petróleo e seguros. Em 1882, as tensões chegavam a tamanha exasperação que o presidente Julio A. Roca considerou inevitável a guerra com o Brasil, considerada por ele fatal por um choque de interesses e de civilizações<sup>13</sup>. Notadamente aqui já se fazia valer o sentimento de identidade nacional e da “raça ibérica”, proposto pelo imaginário argentino, fator também influente na intensificação das divergências históricas.

O imperador D. Pedro II e o presidente Julio A. Roca fizeram o possível para eliminar a ameaça de guerra. A diplomacia brasileira preocupa-se com a possibilidade de que a Alemanha, interessada em arrendar terras no Acre boliviano, viesse a impedir a conquista daquele território pelo Brasil. Por outro lado, imigrantes alemães, desde 1898, compravam terras ao norte da Argentina, onde a influência da Alemanha nas áreas industrial e bancária crescia vertiginosamente. Essa preocupação cresceu quando a Argentina passou a contratar assessores militares, a comprar armas e munições e a enviar contingentes de militares para capacitação na Alemanha<sup>14</sup>. Naquele instante os dois países pareciam divergir em intensidade aparentemente irreconciliável. Era constante a ameaça e a “paz armada” parecia alcançar seus mais tensos dias.

---

12. DUROSELLE, J. B., *Todo o Império Perecerá*. Universidade de Brasília, São Paulo, 2000.

13. Rev. Brás. Polit. Int. 49 (1): p. 164 (2006).

14. LLAIRO, Maria de Monserrat & SIEPE, Raimundo. *Las Relaciones Argentino-Alemanas y la política exterior Del Estado-Nación argentino entre 1880 y 1914*. p.

O armamentismo e as desconfianças recíprocas não impediram, no entanto, que em setembro de 1889, pouco antes da queda do regime imperial brasileiro, o Brasil e a Argentina remetessem o dissídio fronteiriço das Missões (ou Palmas) à arbitragem do presidente dos Estados Unidos<sup>15</sup>, árbitro este muito mais ligado aos interesses brasileiros que aos argentinos.

Logo após a euforia da proclamação da República, o Brasil voltou novamente a sua atenção ao armamentismo argentino. Isso se deu de tal forma que o Brasil recusou-se a participar da conferência internacional sobre desarmamento em 1899, em Haia, evento promovido pelo czar Nicolau II. O Brasil estava comprometido com a possibilidade de armar-se à altura de seus vizinhos para o eventual confronto, contudo, alegou meramente um descontentamento com seus vizinhos (Argentina e Chile) que não estavam comprometidos com o desarmamento<sup>16</sup>.

A Argentina a esta altura ainda questionava pontos de seu acordo fronteiriço com o Chile, o que fazia o sul do continente um lugar instável. A Argentina julgava que os Estados Unidos apoiavam o Brasil em sua política expansionista, o que agravou as relações da Argentina, também, com Washington, com quem tinham questões à época relacionadas à venda e comércio das carnes de ambos os países. O panorama desenhava-se da seguinte forma, a Argentina aproximava-se cada vez mais da Alemanha e o Brasil aos Estados Unidos.

Dessa maneira, os anos que antecederam a comemoração do centenário de independência Argentina estiveram submerso em um profundo clima de tensão que envolviam os países do Cone Sul e ainda os interesses externos, sobretudo norte-americanos e alemães. Isso ajuda a explicar, em parte, o clima amistoso proposto pela Argentina em relação ao Chile na ocasião, era, de certa forma, um anúncio da união hispano-americana (Argentina e Chile) como estratégia para enfrentar o perigo anglo-saxão representado pelos Estados Unidos. Em tempos de crise, a Argentina viu-se na necessidade de uma aproximação com o seu vizinho transandino, reafirmando os laços históricos e ressaltando-os em detrimento às questões fronteiriças do passado.

---

15. CERVO, Amado Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (orgs). *Relações Internacionais dos países americanos*. Vertentes da História.

16. MONIZ BANDEIRA, L. A. *op. cit.* p. 298.

## Comemorações do centenário

Os convidados para a festa viriam de várias partes do mundo. Havia uma expectativa especial por parte dos argentinos quanto ao comparecimento de um príncipe espanhol, o que acabou não acontecendo. Delegações de países influentes foram aguardadas. A declinação mais importante, à época, veio por parte da Inglaterra, que estava em luto oficial pela morte do rei Eduardo VII.

Os discursos cerimoniais indicavam as tentativas constantes de chilenos e argentinos em exaltarem suas semelhanças e estreitarem seus laços, evocando, inclusive, a história compartilhada na guerra pelas independências, quando San Martín atravessou os Andes e chegou ao Chile para ajudar nos combates<sup>17</sup>. Era realmente uma situação forçada, contudo intencional por parte da diplomacia argentina.

A questão com o Brasil era ainda mais complexa. Não havia, sequer, uma ‘ponte’ que ligasse os dois países para que se unissem por ocasião das festas em Buenos Aires. A única aproximação histórica acontecera na guerra do Paraguai, ocasião descabida de ser lembrada durante as comemorações, momento em que a evocação armamentista e com teor provocativo, acabaria por sofrer o revés do intento desejado.

Como parte das comemorações, o presidente chileno, Pedro Montt, cruzou os Andes em uma locomotiva, desembarcando em terras argentinas e contando com a simpatia popular por onde quer que passasse. A imagem do Chile ia, dessa maneira, se espalhando no imaginário argentino como de um “país irmão”, algo deveras desejado pelo governo de Buenos Aires. Contudo, tal união veio a estabelecer-se, de fato e de maneira mais efetiva, com o encontro de Pedro Montt e do então presidente argentino Figueroa Acosta, no salão branco, da casa de governo na capital argentina. Era, enfim, a oportunidade de selar a paz e estabelecer um consenso pertinente em uma das frentes conflituosas pelo lado argentino.

---

17. BUENO, Clodoaldo. *Idealismo e rivalidade na política externa brasileira da República: as relações com a Argentina (1889-1902)*. In: MENEZES, Albene Miriam F. & LUBISCO BRANCATO, Sandra Maria (orgs). *Anais do Simpósio O Cone Sul no Contexto Internacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 41-46.

Na seqüência das comemorações, houve também um desfile naval. Na ocasião, a Argentina exibiu seus 28 barcos, além de todo seu arsenal militar, pelas águas do Rio da Prata, por muitas vezes alvo das aspirações brasileiras e que naqueles dias definitivamente se mostravam ainda mais distantes.

A recepção à representante espanhola às festividades demonstrava a força da identificação argentina com suas raízes ibéricas. Aproximadamente 400 mil pessoas se comprimiam aguardando o desembarque de Isabel de Borbón. Mais do que uma celebração da “raça ibérica”, essa receptividade, simbolicamente, demonstrava que as feridas provocadas por ocasião das lutas pela independência estavam, definitivamente, sanadas. Contudo, as elites argentinas aproveitaram a ocasião para realçar o sentimentalismo patriótico da *argentinidad*, da europeização cultural e das tradições espanhas.

Além do Brasil e da Inglaterra, algumas ausências sentidas foram as das comissões da Bolívia, Peru, Costa Rica e do Paraguai. A ausência boliviana justificava-se pelas questões fronteiriças envolvendo Bolívia e Argentina na região dos chacos. As participações de colombianos e equatorianos foram friamente percebidas, provavelmente por terem sido países apoiadores do Chile em suas questões com a Argentina.

As festividades culminariam com um congresso pan-americano, no qual seriam tratados temas delicados, como a Doutrina Monroe.

Como era de se esperar a Doutrina Monroe não foi bem recebida pelos Estados pan-americanos, sendo o Uruguai o único país a mostrar-se favorável. Alguns países estavam revivendo os sentimentos bolivarianos e de identidade e a única forma de contenção das pretensões norte-americanas seria a unidade latino-americana.

A situação argentina à época das comemorações era de deslumbramento face a sua prosperidade. Tinham a sensação de o fato de pertencerem à América Latina fora, apenas, um acidente geográfico. Como se o país fosse europeu, embora situado do outro lado do Atlântico<sup>18</sup>. A nação argentina estava demonstrando também ao mundo toda a

---

18. SALAS, Horacio. *Op. Cit.*, p. 305-306.

sua capacidade nos campos da medicina, química, eletricidade, física, engenharia, nas armas de guerra, na reprodução de melhores sementes e na exploração extensiva da agricultura. Em Buenos Aires, a esta altura, já podiam ser vistos automóveis circulando pelas ruas, muito antes que em seus vizinhos sul-americanos.

Com o centenário, no mundo inteiro se falou da Argentina e de sua imagem. Muito foi escrito exaltando as grandezas do país austral, o que era necessário e desejado pelas elites, as quais queriam que a *argentinidad* fosse a contraposição à crescente norte-americana<sup>19</sup>. As aproximações com a Espanha e com o Chile foram pertinentes no fortalecimento dessas convicções bem como na valorização de uma identidade étnica, a da “América do Sul branca”, que era representada pelos novos “amigos” Argentina e Chile. Essa *argentinidad* é fator importante para a compreensão do nacionalismo argentino, bem como de sua política externa e, ainda, é base para o melhor entendimento de suas relações com seus vizinhos do Cone Sul.

O panorama das relações entre os países do Cone Sul se desenhava, portanto, em direção ao estreitamento argentino-chileno. O Brasil permanecia como *el gigante norteño* de fala estranha e cultura distinta. Enquanto o Barão do Rio Branco apostava por uma aproximação brasileira com os Estado Unidos, chegando a iniciar uma embaixada brasileira em Washington – o que foi motivo de chacotas por seu par argentino, porque à época os EUA eram uma potência ainda emergente e as atenções estavam sobre a Europa – a Argentina apostava em seu nacionalismo e na aproximação com a Alemanha e Espanha, além de seu mais novo “amigo”, o Chile.

As comemorações do primeiro centenário de independência da Argentina servem, portanto, como marco relevante na observação do desenrolar das relações diplomáticas na região. Brasil e Argentina, os dois maiores países em extensão da região permaneciam à distância, pouco se entreolhavam e meramente coexistiam. Precisariam ainda anos para que uma maior aproximação acontecesse, o que veio, maiormente, com o término das ditaduras em ambos os países, muitas décadas depois do episódio aqui descrito. Contudo, outras questões também precisam ser ponderadas e que são determinantes e, freqüentemente esquecidas nas relações diplomáticas, como é o caso da questão idiomática.

---

19. Rev. Brás. Polit. Int. 49 (1): p. 168 (2006).

### 3. A QUESTÃO IDIOMÁTICA

Recentemente o presidente Lula, em missão em um país africano, cometeu uma torpe gafe ao sugerir, em discurso, que a cidade na qual estava era tão limpa que nem parecia que ele (Lula) estava na África. A situação poderia ser negativamente decisiva no âmbito de qualquer aspiração comercial com o país em questão, contudo, em uma manobra diplomaticamente correta, o tradutor na ocasião utilizou-se de expressão bem mais generosa, amenizando a carga da expressão presidencial mal formulada. É consensual que a questão idiomática e a diplomacia devem andar juntas. Ambas são ferramentas indissociáveis no processo das negociações e na elaboração de normas jurídicas, competência do direito internacional. Portanto, a diplomacia e as línguas estão a serviço das estratégias que compõe a diferença de posições desejadas pelos atores da cena internacional. Nesse sentido, a língua portuguesa e o espanhol, apesar de oriundas do mesmo tronco lingüístico – derivam do latim –, igualmente, podem ser fatores de aproximação ou separação. Por isso, evitar uma eventual ambigüidade no uso dessas línguas, no meio diplomático, pode ser visto como um tipo de virtude, uma competência lingüística em que se espera que sejam versados os diplomatas.

O domínio do discurso da diplomacia torna-se um requisito importante para o êxito da negociação. Permite que as partes interessadas possam se entender e ter o poder de se fazerem compreender de modo cada vez mais claro, se assim desejarem.

Abstendo-se das esferas diplomáticas tradicionais e valendo-se da linguagem popular como ferramenta válida na constituição do imaginário popular, tanto o português como o espanhol, servem como referências em como a questão idiomática pode causar estranheza e aproximação entre culturas. Um caso vastamente apreciado no uso de línguas com mesmo tronco lingüístico é a ocorrência de falsos cognatos, elementos da língua em que podem servir de verdadeiras “armadilhas” quanto ao emprego das palavras.

Falsos cognatos ou “falsos amigos” podem ser definidas como "palavras semelhantes em duas línguas, mas com sentidos totalmente diversos"<sup>20</sup>. Exemplos não

---

20. RÓNAI, P. *A tradução vivida*, 2.ed. Rio de Janeiro, 1981, p.37.

faltam. Palavras como “*embarazada*” (produz o som de “embaraçada”, em português) em espanhol significam “grávida”, “*extrañar*” (escuta-se “estranhar”), significa “sentir falta”, além de um sem número de outros exemplos, o que são, para muitos lingüistas, um problema de interferência da língua.

Para Vandresen<sup>21</sup>, a "interferência" é manifestada por meio de "desvios" na língua estrangeira estudada, por influência da língua materna do aprendiz. Ou seja, o aprendiz tende a substituir traços fonológicos, morfológicos, sintáticos, (acrescentamos a estes os traços semânticos) da língua estrangeira pelos da língua materna. Assim, o grau de diferença que há entre as duas estruturas tornar-se-á em facilidade ou dificuldade em aprender uma língua estrangeira. E o que os trabalhos científicos mais atuais parecem demonstrar é que o problema das interferências é maior quanto mais próximas forem as duas línguas, como é o caso do Português e do Espanhol.

Segundo Almeida Filho<sup>22</sup>, línguas muito próximas levam o aprendiz a viver numa zona de facilidade enganosa proporcionada pelas percepções dos aprendizes. Nessa proximidade, há vantagens, caso sejam combinadas à capacidade de risco, segurança e extroversão, sem as quais espera-se a ocorrência de tentativas de obtenção de fluência e de disponibilidade vocabular, o aparente meio-sucesso leva ao estacionamento dessa “interlíngua”, denominada “portunhol”<sup>23</sup>.

A facilidade enganosa a que se refere Almeida Filho encontra-se na teoria de

---

21. VANDRESEN, P. *Lingüística contrastiva e ensino de línguas estrangeiras*. In: BOHN, I.& VANDRESEN, P. (org.). *Tópicos em lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: UFSC, 1988. p. 75-93.

22. ALMEIDA FILHO, J.C. *Uma metodologia específica para o ensino de línguas próximas? In : \_\_\_ (org.). Português para estrangeiros interface com o espanhol*. Campinas, SP: Pontes, 1995. p. 9-21.

23. Segundo Almeida Filho (1995), “portunhol” é a produção lingüística intermediária de um falante de espanhol ao tentar falar português, enquanto que “espanhuguês” seria o inverso desta; ou ainda, é a expressão mais imediata do contato entre as línguas portuguesa e espanhola.

aquisição de língua expressa pela hipótese da análise contrastiva. A versão forte dessa hipótese sustenta que toda diferença entre os sistemas lingüísticos traduz-se em dificuldade de aprendizagem. Essa diferença seria diretamente proporcional ao grau de interferência da língua materna sobre a língua-alvo em construção.

### Regiões de línguas crioulas

A lingüística denomina o resultado do encontro de duas línguas existentes em uma terceira, o que acontece, geralmente, por meio de um processo espontâneo, como “pidgin”. Para que o “pidgin” torne-se língua crioula, basta que surjam nativos que falem, como língua materna, essa terceira língua. O Brasil, ao longo de sua história lusofalante e, cercado por nove países de fala espanhola, possui várias regiões, em seu território, com a formação de línguas crioulas. Cidades como Santana do Livramento (RS) e Foz do Iguaçu (PR) são exemplos de lugares onde o “portunhol” ou “espanhoguês” podem ser ouvidos. São regiões em que a sistematização e a rigidez das normas gramaticais passam secundariamente à variante lingüística, nesses casos, a língua local.

Dentre as fronteiras do Brasil com os demais países hispano-americanos, a fronteira com a Argentina e o Uruguai, na chamada bacia do rio da Prata é, sem dúvida, onde o contato lingüístico foi historicamente determinado pelas línguas do Estado.

Nessa fronteira, o contato lingüístico entre o português e o espanhol é decorrente de um século de litígios pelo domínio dos territórios, de uma política expansionista de ocupação da região e militarização das áreas, além da existência de povoados desenvolvidos e de um intercâmbio econômico, cultural e social já consolidado.

Um bom exemplo, de que na fronteira do Brasil com os países da bacia do rio da Prata o contato entre as comunidades fronteiriças é regular e contínuo, é a decisão dos governos brasileiro e uruguaio de expedir uma Carteira de Identidade de “fronteiriço” para os chamados “*doble cha*” – moradores que vivem ao longo da faixa fronteiriça, que abrange 900 km de distância e até 20 km de largura para dentro do território de cada país.

Esse fato, no alvorecer do século XXI, registra o reconhecimento da fronteira compartilhada, de um lugar menos imaginário, de um lugar que tem uma dinâmica social muito particular, sustentada pelo movimento migratório das populações e suas contínuas transgressões territoriais<sup>24</sup>.

### Língua e sociedade

Torna-se hoje um tanto redundante nos círculos lingüísticos, dar-se o trabalho de apontar os níveis de interação entre língua e sociedade. Ambos na verdade são inerentes e indissociáveis. A sociolingüística estuda os fenômenos decorrentes da fala popular e busca na sociedade as premissas de seu campo de estudo. O objetivo da sociolingüística é sistematizar a variação existente na linguagem. Ela considera que o sistema da língua não é homogêneo, mas heterogêneo e dinâmico<sup>25</sup>. Nesses termos pode-se observar, mais claramente, que o fenômeno lingüístico que tem ocorrido nas regiões de fronteira do Brasil com seus vizinhos hispanofalantes é um sintoma de uma interação muito mais abrangente do que o campo de estudo das letras, mas envolve o social e mesmo o diplomático.

Ao se estudar as influências da língua em uma cultura, juntamente, estuda-se uma sociedade, seus valores e, portanto, serve como ferramenta na sua compreensão histórica e como expressão nacional. Ou seja, segundo princípios da tradicional lingüística histórica, a estrutura de uma língua somente será entendida totalmente à medida que se compreenda efetivamente o processo histórico de sua configuração, o que perpassa pela própria história da nação<sup>26</sup>.

Não obstante a estes apontamentos, é de se supor que ao tratarmos de línguas portuguesa e espanhola, desencadeia-se toda questão histórica ibérica, como abordado no capítulo 2 e no sub-tópico 2.1 desta monografia. Portanto, falar dessas línguas nos

---

24. *Cienc. Cult.* vol. 57 n.2. São Paulo: Abr./Jun. 2005.

25. PULCINELLI O. Eni. *O que é a lingüística*. Ed. Brasiliense. 1999.

26. TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2004, p. 64.

transpõe às questões que afastam brasileiros e argentinos. Suscitam elementos históricos que perduram da Península Ibérica e sobrevivem ainda no presente tempo, expõe diferenças.

#### O português e o espanhol nas relações diplomáticas

A Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com seis línguas oficiais: inglês, francês, chinês, russo, espanhol e árabe<sup>27</sup>. Considerando-se que o número de seus países-membros até o presente momento é de 192, nota-se que existe toda uma questão da relação lingüística com o poderio e influência das nações.

A Argentina, portanto, possui como idioma uma língua oficial da ONU. Em termos de negociações regionais, especificamente, nas relações entre Brasil e Argentina, algumas questões podem ser levantadas.

Cumprir destacar aqui, por exemplo, o problema da escolha de uma língua comum para se negociar e veicular o texto jurídico resultante das negociações internacionais. Este tema revela uma série de questões que os teóricos do Direito Internacional pouco tem se debruçado. A principal delas diz respeito à dificuldade de se neutralizar as diferenças semânticas entre os discursos dos negociadores e entre as distintas versões lingüísticas dos acordos internacionais por eles firmados. Esta neutralidade estaria refletida na tentativa dos redatores de evitar o emprego de termos demasiadamente associados a uma determinada cultura jurídica<sup>28</sup>.

Estes problemas de equivalência na interpretação de expressões são inerentes ao plurilingüismo e ao multiculturalismo jurídico do sistema internacional e, como conseqüência, interfere na diplomacia e relações econômicas. Estudá-los pode nos ajudar a compreender o papel ativo da língua na construção de uma cultura jurídica global e aquilatar a importância de se explorar as possibilidades de sentido das palavras que são negociadas em uma negociação internacional. Evitando os processos, aqui já mencionados, de afastamentos naturais que envolvem a língua e a cultura.

---

27. Disponível no *site* das Nações Unidas (acessado em março de 2008). [http://www.onu-brasil.org.br/conheca\\_onu.php](http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php).

28. *Rev. bras. polít. int.* vol.49 n.2 Brasília, July/Dec. 2006.

A escolha de um idioma para servir como canal diplomático entre duas nações envolve vários aspectos. Na história da diplomacia, a interdependência entre língua e nacionalidade associada a pontos de vistas nacionalistas foi um dos obstáculos para a solução deste problema. A língua nacional resistia às influências das línguas estrangeiras capazes de enfraquecer o seu poder na formação da consciência nacional. A ameaça do idioma estrangeiro residia na pressuposição de que o seu conhecimento atrairia, como consequência, todo um conjunto de informações culturais relacionadas ao país do idioma em questão.

Nesse contexto, Brasil e Argentina se esbarram, já no instante das primeiras conversações, com este entrave, sobre qual idioma os representaria. Com o insucesso declarado pelos lingüistas do esperanto como língua mundial, em tempos de globalização, coube ao inglês substituí-la, mediante a imposição dos dólares norte-americanos, como intermediadora global. Em termos regionais, contudo, este imperialismo lingüístico desencadeado pela envergadura dos Estados Unidos como superpotência hegemônica, não é profundamente sentido, não obstante a sua notada influência. O *site* oficial do Mercosul, por exemplo, disponibiliza, informações e suas atas, apenas, em português e inglês<sup>29</sup>.

Delimitadas aqui as estranhezas e afastamentos naturais impostas pela questão idiomática e, somados todas as suas divergências históricas, Brasil e Argentina, ao longo de sua convivência, vêm demonstrado que, ainda assim, um estreitamento (entendimento) é possível.

A tentação em se comparar a realidade experimentada na Europa e o nível de globalização política, econômica e cultural da realidade do Cone Sul (especialmente em se tratando de Brasil e Argentina), parece um tanto distante. Elementos como as dimensões geográficas brasileiras – e o fato raro de possuir, ainda assim, um único idioma comum –, o seu sentimento de independência e satisfação territorial, fazem do Brasil, realmente, um caso atípico. Um país como a Holanda, por exemplo, supostamente, teria maior facilidade em se relacionar com seus vizinhos e seria, também, forçado a relacionar-se, até mesmo por questões de sobrevivência.

---

29. Ver <http://www.mercosur.int/msweb/>. (Acessado em março de 2008).

Esta primeira parte, portanto, procurou abordar a historicidade das formações e das relações entre Brasil e Argentina, em como caminhavam em um processo de mera coexistência, enfatizando mutuamente suas divergências e diferenças históricas. As diferenças, os incidentes históricos e o fator idiomático certamente foram ingredientes de separação entre os dois países.

Na segunda parte, serão abordados os aspectos que resultaram na aproximação ou estreitamento nas relações entre Brasil e Argentina. Foram processos que, sobretudo, no período pós-ditaduras, foram sentidos, e que desencadearam ações conjuntas propiciadoras da criação do Mercosul e de uma política cada vez mais integracionista.

***PARTE II – APROXIMAÇÃO***

#### 4. PROCESSOS DE APROXIMAÇÃO

Tanto o Brasil como a Argentina atravessaram por períodos de longas ditaduras militares. No país austral, Juan Manuel de Rosas inicialmente e, Juan Domingo Perón, além dos militares, fizeram da ditadura argentina um sistema extremamente controlado. O golpe militar naquele país, em 1930 seria apenas uma etapa do que se instaurou em 1943, com o governo Perón. No Brasil, seu período mais expressivo culminou com o Golpe Militar de 1964, respaldado pelos Estados Unidos.

Ambos os países enfrentariam um período de fechamento e desconfianças com o vizinho. Após o término das II Grande Guerra, em 1945, na qual a Alemanha, aliada e investidora histórica na Argentina, foi a grande derrotada, brasileiros e argentinos pareciam opor-se politicamente. O Brasil, aliado dos Estados Unidos desde os tempos do Barão do Rio Branco e, inclusive, tendo participado ativamente da guerra com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), distava de qualquer esboço no que se referia a uma possível aproximação com seu vizinho do sul.

Principalmente a partir de Rio Branco, a introspecção de uma vertente americana indicou uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos e com sua estratégia continental. Rio Branco apoiava o movimento pan-americanista advindo de Washington e tratava de lhe conferir um caráter instrumental para a estratégia de inserção regional do país. O Brasil enquadrava-se na moldura do pan-americanismo, e fazia disso parte do seu capital diplomático.

Nos períodos de ditadura militar, os sentimentos nacionalistas e de identidade nacional pareciam aflorar-se e, associando-se aos interesses externos, ressentimentos históricos e diferenças, tinha-se, então, todos os ingredientes para uma perpetuação do período de mera coexistência do Brasil e Argentina.

A partir do considerado primeiro objeto de estudos do campo das relações internacionais, na História da Guerra do Peloponeso, de Tucídides, Sarfati<sup>30</sup> aponta que o crescimento de um país vizinho é motor gerador de insegurança regional, sobretudo

---

30. SARFATI, Gilberto. *Op. Cit.* p. 66.

das grandes potências. No caso do Peloponeso, Esparta teria começado a se perguntar o por quê de tantas alianças e armamento, e qual seria a finalidade. Nesse caso, os dois Estados seriam instigados ao balanço de poder, porque, segundo Sarfati, quanto maior o equilíbrio de poder, maior é a tendência de manutenção da paz, pois nenhuma nação se sentiria em condições de derrubar a outra, mas, por outro lado, um desequilíbrio poderia resultar na eclosão do conflito.

Os períodos de ditadura militar no Brasil e na Argentina foram, portanto, tanto uma continuação dos estranhamentos históricos como, igualmente, propiciadores da manutenção e estabilidade regional.

Neste capítulo, porém, não serão abordadas as relações políticas, econômicas e diplomáticas entre estes dois países à época de suas ditaduras, mas os processos de aproximação que os levaram a um estreitamento, o que aconteceu, sobretudo, com os fins dos governos militares.

O governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) foi o último do ciclo militar instalado em 1964 no Brasil. A política externa de sua gestão ficou conhecida, por parte da historiografia, como “universalismo”. No entanto, apesar de ser formulada e implementada naquele período, não era a única matriz que pensava o posicionamento do Brasil com relação ao mundo. Houve claras manifestações de descontentamento em relação aos seus pressupostos, podendo-se identificar explicitamente grupos de dissenso.

O governo Figueiredo enfrentaria um processo de redemocratização e novos arranjos de poder político, econômico e social no período. No âmbito político, o país entrava na reta final do processo de liberalização e de retorno do poder às mãos dos civis – período de ricas transformações nas estruturas decisórias do país. Na dimensão econômica, abalos na conjuntura internacional trariam fortes constrangimentos à economia nacional, impondo limites ao projeto de desenvolvimento do país. Foi produzido um discurso diplomático que reivindicou a democratização do quadro institucional internacional para reverter o fechamento do processo decisório concentrado nas grandes potências internacionais<sup>31</sup>.

---

31. *Rev. bras. polít. int.* vol.49 n.2 Brasília, July/Dec. 2006.

Era um momento propício para se rever as estratégias e relações frente a um novo mundo que se abria e aos novos Estados democráticos que surgiam na região. É fato que, entre os militares, tenha se formado um consenso acerca da importância da construção de um *status* de potência para o país, e enfim, alcançar níveis de hierarquia internacional. Para tanto, a capacidade de defesa dos interesses nacionais além das fronteiras era imprescindível, o que somente seria alcançado mediante o desenvolvimento econômico e a construção do espaço de autonomia nacional. Neste sentido, a busca de mercados não tradicionais e mesmo contrapostos ideologicamente aos pressupostos do Estado autoritário estariam justificados pela prioridade de se conseguir insumos ao desenvolvimento.

Com o término dos governos militares nos países latino-americanos, o processo de democratização acelerou as percepções já sentidas quanto à necessidade de expansão econômica e, na condição de países terceiro-mundistas, isso se efetivaria, apenas, com uma integração regional que fizesse frente às potências hegemônicas. Era o caso de se rever antigos desafetos e procurar um consenso quanto à integração. Ao final das ditaduras, Brasil e Argentina se abriram, se entreolharam e, aparentemente, perceberam as oportunidades. O aperto de mãos viria com Sarney e Alfonsín.

## 5. ESTREITAMENTO NAS RELAÇÕES PÓS-DITADURAS

No decorrer da década de 1990, a necessidade da construção de um bloco sul-americano continuou no horizonte da política externa brasileira, contudo, deixou de ser o seu foco principal. A estratégia adotada para a construção de uma zona regional de livre comércio a partir da agregação de países ao Mercosul mostrou-se lenta. As crises financeiras que afetaram o globo na última década do século XX abalaram especialmente as economias menos desenvolvidas e provocaram divergências internas ao próprio Mercado Comum do Sul. Foi preciso criar, em 1999, um Grupo de Trabalho sobre Coordenação de Políticas Macroeconômicas para que os membros do Mercosul pudessem tentar elevar os níveis de comércio intrabloco, abalados pelas crises<sup>32</sup>.

Mudanças na estrutura e no sistema marcaram o Brasil durante o início dos anos 1990 e, portanto, merecem ser mencionadas. Em primeiro lugar houve um esforço em prol da abertura e da estabilização macroeconômica, processo iniciado na presidência de Fernando Collor (1990-1992), destacando-se, na seqüência, a criação do Plano Real, adotado enquanto Fernando Henrique Cardoso ocupava a cadeira de ministro da fazenda, durante o governo Itamar Franco (1992-1994)<sup>33</sup>.

A estabilização monetária decorrente do Real projetou o Brasil internacionalmente. As próprias lideranças políticas brasileiras sempre tiveram certa consciência da posição de destaque assumida naturalmente pelo Brasil na região (América do Sul), mas nunca aparentaram qualquer sinal de colocar o país em posição de maior importância no plano internacional, seja na economia, no comércio ou na política.

Igualmente, a Argentina sempre despontou como o concorrente natural do Brasil na região. Contribuíam seu tamanho territorial, economia ou, ainda que timidamente, sua política. Ambos países começavam a dialogar, porém mantinham-se rivais na busca da liderança regional – fato não reconhecido pelos governos – como o desejo por assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

---

32. *Rev. bras. polít. int.* vol.50 no.1 Brasília Jan./Jun. 2007

33. *Cena Internacional*. Vol. 9, nº 1. Brasília: IREL. 2007, p. 8.

Mesmo com as dificuldades financeiras enfrentadas desde o início da década de 1980, o presidente da “redemocratização”, José Sarney (1985-1990), apresentou a candidatura do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, quando a reforma da Carta da organização colocaria este assunto na agenda. Na ocasião, contudo, o Brasil não se apresentou como representante regional, sabedor das implicações que teriam nas relações com a Argentina e, porque no governo Sarney, o processo de integração ganhou, definitivamente, o engajamento nacional.

A premissa apresentada pelo governo brasileiro na sua pretensão em ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é apoiada, sobretudo, em valores que foram cogitados no fim da Segunda Guerra, como a dimensão de seu território (de proporções continentais), sua expressiva população e sua conseqüente potencialidade econômica e desenvolvimentista, valores estes que dentre outros menos expressivos pareciam fundamentar e validar tais pretensões.

A opção escolhida pelo governo Sarney serviu como marco estratégico na aproximação e estreitamento com o país vizinho. O processo de integração ganharia força e respaldaria a aproximação, também, de outras nações do Cone Sul.

#### A Alça e a necessidade de integração regional

Durante o governo Sarney, ainda, a América Latina tornara-se um mercado cada vez mais importante para os Estados Unidos e, em junho de 1990, o presidente George Bush anunciou seu “Empreendimento das Américas”, proposta de uma área de livre comércio abarcando o hemisfério ocidental do Alasca à Terra do Fogo. Apesar das elevadas barreiras à importação que continuavam a promover, especialmente nos setores automobilístico e de alta tecnologia, os governos latino-americanos inicialmente reagiram com entusiasmo à proposta.

A crise da dívida dos anos 80 e a aplicação de políticas de ajuste estrutural haviam levado a maioria dos países da América Latina a começar a abandonar a estratégia de substituição de importações e a diminuir suas barreiras comerciais. Até mesmo o Brasil, que apresentava o mais alto nível de proteção contra importações e a política industrial mais agressiva da região, e tendo já empreendido importantes reformas, expressou

interesse pela proposta de Bush. A possibilidade de uma abertura significativa do gigantesco mercado americano às suas exportações capturou o interesse do Brasil e de outras economias latino-americanas<sup>34</sup>.

Após um hiato de vários anos, durante os quais os americanos polemizaram em torno do Nafta, o governo Clinton voltou à idéia do livre comércio hemisférico. Em dezembro de 1994, foi proposto por Washington a ampliação do Nafta para todo o hemisfério, naquela ocasião, os governos nacionais concordaram em iniciar negociações para a criação, até 2005 da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Embora ainda pretendessem obter maior acesso ao mercado americano, os países latino-americanos começaram por fazer sérias reservas à idéia de uma associação estreita com os Eua. Em vista disso, o Brasil e outros países desaceleraram o processo de redução das barreiras de importação, e em 1998 essas barreiras continuavam relativamente altas, pelos padrões globais. Além disso, os países latino-americanos tornaram-se mais céticos quanto à disposição dos Eua em reduzir barreiras comerciais e de abrir mão do recurso punitivo da Seção 301 – Lei Americana de Comércio de 1974 – temiam também que os vínculos econômicos e políticos mais estreitos com os Eua pudessem comprometer sua independência.

Em meio a essa “avalanche” proposta pelos Eua, a revitalização da integração regional para se fazer frente ao enorme bloco proposto e a tendência mundial de integração de mercado voltou a ser discutida. Nesse contexto, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) despontava como alternativa e estrategicamente necessária.

Segundo Gilpin, um dos objetivos do Brasil com a criação do Mercosul era a de moderar a histórica rivalidade com a Argentina e, também, a expressão do desejo nacional de estabelecer sua hegemonia sobre os vizinhos latino-americanos<sup>35</sup>.

A temporalidade da pertinência do Mercosul e as relações entre Brasil e Argentina, nesse contexto, serão maiormente abordadas no próximo capítulo.

---

34. GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global. A economia mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

35. GILPIN, *op. cit.* p. 321.

## Estreitamento Econômico

É importante que em uma investigação sobre economia política latino-americana deva-se mencionar o trabalho da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Afinal, esta se constituiu o marco teórico decisivo para a gestão das principais teses sobre desenvolvimento ou subdesenvolvimento periférico que animaram as discussões teóricas latino-americanas no pós-guerra.

A análise da participação de cada país no Produto Interno Bruto da região é reveladora das disparidades intra-regionais. Algo que brasileiros e argentinos vêm procurando contornar mas que pesa, sobretudo, sobre os países menos expressivos economicamente na região. Segundo dados da CEPAL, em 2004 o Brasil detinha um PIB de US\$ 655,35 bilhões, o que representava cerca de 48,1% do PIB total da América do Sul - que era de aproximadamente US\$ 1.176,60 bilhões. A Argentina participava com 21,09% do total, cerca de US\$ 287,40 bilhões. Para se ter uma idéia, a Venezuela, que se constitui sobre uma plataforma riquíssima de petróleo, era responsável por apenas 8,81%, ou US\$ 120,07 bilhões. Contando-se somente esses três países, juntos, respondiam, em 2004, por 78% de tudo que foi produzido na região. Aos demais nove países, restavam pouco mais de 20%.

Portanto, no processo de integração regional liderado por Brasil e Argentina, as desigualdades assumem uma feição difícil de ser administrada. Na mesma linha, outros dados poderiam ser trazidos à análise fortalecendo a percepção de que a América do Sul é uma região de países em condições extremamente desiguais. As desigualdades impõem obstáculos à integração, tanto pela definição da agenda em cada um dos países, quanto pelas dificuldades impostas pelas assimetrias na construção das políticas integracionistas<sup>36</sup>.

O Brasil, por seu turno, aumentou em 88,28% a parcela das suas exportações destinadas à América do Sul, comparando-se 1990 e 2004. A trajetória mostra um acréscimo considerável na década de 1990, obviamente também reflexo do êxito inicial do Mercosul. As crises de final dos anos noventa e início dos anos 2000, que

---

36. *Rev. bras. polít. int.* vol.50 n.1 Brasília Jan./Jun. 2007.

acentuaram as dificuldades que as políticas cambiais diferentes e desarticuladas representavam, fizeram com que essa participação diminuísse, recuperando-se a partir de 2003, mas ainda sem alcançar os números de 1995 ou 2000.

Nessa linha, segundo dados da CEPAL, apenas quatro grandes pares comerciais superaram o valor de US\$ 2 bilhões em 2004. O principal fluxo comercial na América do Sul, obviamente, está entre Brasil e Argentina, somando quase US\$ 13 bilhões em 2004. Para a Argentina, as exportações destinadas ao Brasil representaram 16,17% do total de suas exportações. Já para o Brasil, as exportações para seu principal vizinho representaram 7,64% do total exportado pelo país<sup>37</sup>.

Certamente, o espaço sul-americano está mais articulado no início do século XXI do que estava há cem anos atrás. No entanto, os dados apresentados revelam que a dinâmica dos fluxos intra-regionais ainda não apresenta um comportamento que permita aferir que tenha alcançado o nível que suas potencialidades sugeririam.

Os desequilíbrios e desigualdades observados no interior de seus países extrapolam para o nível intra-regional. Com essa plataforma, a definição de objetivos comuns para a região é um exercício bastante complexo. Com tamanha heterogeneidade, fica inclusive mais complicada a afirmação de uma identidade regional própria. No entanto, a própria dinâmica da integração regional pode suscitar processos de socialização que incluem a redefinição de identidades.

As desigualdades tem sido um dos fatores mais relevantes de oposição à consolidação integracional da região. Países como Uruguai e mesmo o Peru – mesmo não sendo membro do Mercosul – vêm buscando alternativas quanto às discrepâncias na região, atendendo às suas necessidades com maior liberdade.

Em meio a isso, o Brasil segue, escoltado pela Argentina, como líder econômico aparente do bloco. O nível de estreitamento vem demonstrando uma tendência estável nessa direção. Contudo, resta-nos saber se o Brasil assumirá definitivamente seu papel de liderança regional ou permitirá uma perpetuação dessa discussão com seu vizinho, a Argentina.

---

37. *Rev. bras. polít. int.* vol.50 n.1 Brasília Jan./Jun. 2007.

## Liderança regional

O tema da liderança regional para os governos brasileiro e argentino tem sido evitado nesse período de aproximação. O posicionamento diplomático vem evoluído e temas mais sensíveis seguem intocáveis, pelo menos, essa tem sido a estratégia pública dos dois países.

Há pouco se falou novamente em uma possível reestruturação no Conselho de Segurança das nações Unidas e, mais uma vez, aspirações históricas voltaram a se chocar.

Os argumentos que justificariam a inserção brasileira junto ao Conselho de Segurança da ONU neste instante, passariam pela eterna necessidade de auto-afirmação, vislumbrando uma maior visibilidade perante a comunidade internacional e uma participação mais efetiva (voz e voto). Contudo, se analisadas a realidade da situação brasileira ante essas aspirações, ter-se-ia, então outro entendimento.

Levando-se em consideração que após a reforma na ONU a América Latina terá, provavelmente, apenas um representante permanente, o Brasil tende a sentir-se candidato natural ao cargo, o que é aceitável, contudo, esquece-se das pretensões, igualmente válidas argentinas e mesmo, mexicanas, venezuelanas e colombianas. A economia, a enormidade territorial e populacional parecem aí terem algum peso, mas não devem ser analisadas como determinantes. Considerando-se os pesos econômicos, culturais, políticos, científicos e militares, como aspectos determinantes poder-se-ia assim conceber. Apoiado pelos Eua, o México possui economia crescente e uma representatividade cultural mais influente que a brasileira. O contingente militar colombiano e a militarização venezuelana também podem ser levados em consideração e, naturalmente, a Argentina pode querer fazer “frente” às pretensões brasileiras.

Como ponto de apoio das pretensões brasileiras poder-se-ia mencionar sua experiência em participação periférica junto ao CSNU, sobretudo nas intervenções em países menores como o Haiti, ainda que não constitua em um peso da envergadura de ações conjuntas como foi em Kosovo, por exemplo. Certamente poderia ser evocado a historicidade diplomática brasileira e sua política pacifista. Sendo um país de dimensões continentais e cercado por muitos países, não se envolveu em guerras há um período

bastante longo, isso se atentarmos aos casos similares pelo mundo, o que confere ao Brasil um caráter pacifista sem precedentes em uma história recente. Nessa área historicista o governo também poderia mencionar a sua atuação nas formulações dos novos regimes internacionais, e sua participação histórica na formação da Liga das nações e na celebração da importante Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente no Rio em 1992, o que poderia servir como gancho na menção do seu destacado papel quanto às noções de desenvolvimento sustentável e o protagonismo recente na produção do biodiesel. Estes atributos vistos unilateralmente parecem convincentes, contudo, o critério atual de contribuição efetiva para a governança global praticamente exclui o país em sua pretensão histórica.

A afirmação brasileira como líder regional ou mesmo como *global player*, poderia dar-se no âmbito comercial e político, porém, a falta de um relevante poderio bélico colocaria o Brasil em situação discrepante à dos demais postulantes, como a Índia, por exemplo. Levando-se em consideração a perspectiva realista e as relações de poder, nas relações internacionais, literalmente, manda quem pode, ou possui algum respaldo bélico para isso. Definitivamente, não é o caso de brasileiros e argentinos.

Um perspectiva argentina quanto à integração regional e o estreitamento com o Brasil

Carlos Menem, do Partido Justicialista, foi eleito presidente da Argentina em 1989 em meio a uma crise inflacionária e a uma crise social que se manifestou em diversos atos de violência, inclusive com saques de lojas e supermercados. O presidente Raúl Afonsín, da União Cívica Radical (UCR), sem apoio político, teve que entregar o mandato alguns meses antes do previsto. Menem, ex-governador de La Rioja – província pobre do noroeste da Argentina –, fez uma campanha política com um discurso populista como o do Partido Peronista<sup>38</sup>.

O governo Menem, face às constantes mudanças em nível global apoiou-se, basicamente, em dois pilares, que sustentaram uma política exterior pautada, essencialmente, em uma política econômica. Portanto, a Argentina unir-se-ia aos Eua,

---

38. Rev. Brás. Polit. Int. 49 (1): p. 199 (2006).

em primeiro lugar e, em segundo plano, adotaria, quase que incondicionalmente, um paradigma neoliberal econômico.

O governo Menem, não obstante as crises vividas nos mercados internacionais, aprofundou suas relações entre os países do Cone Sul, dando continuidade à iniciativa dos governos Alfonsín e Sarney de criação de um bloco regional, e especialmente depois do Tratado de Assunção, em 1991, e a criação do Mercosul.

Na Argentina o processo de integração com o Brasil foi resultado de um consenso dentro dos partidos políticos. Entretanto, a visão da integração regional para o governo Menem, e especialmente, para o ex-ministro Cavallo, foi a de um Mercosul como um primeiro passo em direção a uma liberalização mais ampla, à globalização.

Um passo mais substancial em direção ao estreitamento com o Brasil seria dado durante o governo de Nestor Kirchner. Na Argentina de pós-crise, a política regional foi denominada como prioritária, elevando os vínculos com o Brasil ao *status* de “relações estratégicas”.

Essa posição objetivava inserir a Argentina como sócio estratégico do Brasil nas seguintes iniciativas: 1) concepção de uma estrutura mais ampla do que o Mercosul, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) – integrada pelos países do Mercosul, o Chile e os países da Comunidade Andina de Nações: Bolívia, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela; 2) pressão para a redução dos subsídios agrícolas que os países da União Européia (EU) outorgam a seus produtores e, no caso dos Eua, como requisito prévio para a entrada dos países do Mercosul à Área de Livre Comércio das Américas (Alça); e 3) a incorporação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das nações Unidas<sup>39</sup>, proposição esta considerada altamente simbólica, dado ao processo de rivalidades entre Brasil e Argentina e a histórica busca da hegemonia regional.

Diante desse quadro recente, os governos brasileiros e argentinos vêm demonstrando um nível bastante considerável na busca por um estreitamento de laços, até então inexistentes. Contudo, as pretensões e expectativas nessa relação variam. O Brasil tem pretensões de liderança regional. (América do Sul) e tem utilizado o Mercosul como uma plataforma para esse objetivo de liderança, que de fato se apresenta como espécie de coordenação regional. Por outro lado, a Argentina tem como prioridade a consoli-

---

39. Rev. Brás. Polit. Int. 49 (1): p. 199 (2006).

-dação do Mercosul, manifestando explícita indiferença, pelo menos nos últimos anos, em relação ao CSN. Entretanto, essas diferenças não parecem afetar de maneira expressiva o processo de integração porque seja como um objetivo ou como um meio fundamental para atingir objetivos de liderança, a nova realidade política regional do século XXI depende muito mais do esforço das políticas estatais de seus membros do que da mão invisível dos mercados.

As relações historicamente conturbadas entre Argentina e Brasil parecem, enfim, terem convergido para uma aproximação conveniente. Desde que a democratização desses países se instalou, aumentaram os números no turismo, comércio e manifestação cultural, a procura por se aprender o idioma espanhol no país e o português, na Argentina, também, sofreu incremento. Hoje algumas escolas públicas no Brasil ensinam a Língua de Cervantes e o intercâmbio cultural permitiu que conjuntos populares de música brasileira alcançassem notoriedade no país vizinho. Bebe-se aqui mais vinhos de Mendoza e, por lá, é possível circular com veículos *made in* Brasil. Da coexistência à aproximação, muita coisa se passou, mas ainda é possível se observar, mais atentamente as relações entre os dois países no Mercosul e observar quais seriam os apontamentos pertinentes no futuro dessa relação.

## 6. MERCOSUL E UM VISLUMBRE NO FUTURO

As teorias que sistematizam níveis no âmbito do comércio internacional, geralmente, consideram quatro situações clássicas de integração econômica, são elas: Zona de Preferência Tarifária, Zona de Livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum. Um quinto modelo, considerado inédito até recentemente, constitui-se na União Econômica e Monetária. Apesar do nome, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) figura como União Aduaneira<sup>40</sup>, possuindo uma mesma tarifa às importações provenientes de mercados externos. No entanto, há também a eliminação de todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias que incidem sobre o comércio dos países do bloco.

A proposição inicial do Mercosul tem-se mostrado favorável às pretensões brasileiras. Com um PIB percentual próximo aos 50% de toda a América do Sul, o país tem no mercado regional, como já foi dito, tanto uma plataforma para sua postulação de líder regional, como pode encontrar um mercado consumidor.

Por sua vez, a Argentina – considerada o principal parceiro comercial do Brasil no Mercosul –, vendeu para o seu vizinho nortenho US\$ 1,5 bilhão em produtos agropecuários, segundo a agência de informações Argentina Telam<sup>41</sup>.

Tendo por base o ano de 2006, o Brasil vendeu para a Argentina mais de US\$ 11,71 bilhões, o que representa um crescimento de 18,14% em relação ao ano de 2005. Já as importações ficaram em US\$ 8,05 bilhões no ano passado, com um crescimento de 29,09% em relação a 2005. Um saldo no comércio entre os dois países. No topo da lista dos produtos vendidos para os argentinos no ano passado estão: carros de passeio, US\$ 924,78 milhões; telefones celulares, US\$ 632,23 milhões; veículos automotores com motor a óleo diesel para carga, US\$ 304,07 milhões; óleo combustível, US\$ 293,36 milhões e minério de ferro aglomerados e seus concentrados, US\$ 257,77 milhões.

---

40. ATA CCM da XXVII Reunion de la Comision de Comercio Del Mercosur. Disponível em <http://www.mercosur.org.uy/>.

41. Disponível no *site* da Agência de Notícias da República Argentina. <http://www.telam.com.ar/home.php>.

Para que os países da América do Sul possam experimentar uma integração às bases do que aconteceu na Europa, por exemplo, exigiria um tanto mais do que a vontade política, aspecto básico e que ainda sim enfrenta dificuldades, mas um nivelamento mínimo aos padrões aceitáveis de desenvolvimento dos Estados. Portanto, antes de se falar em integração em um sentido mais estrito, dever-se-ia, primordialmente, tratar os antagonismos recentes vivenciados na região, nos âmbitos políticos, econômicos e sociais.

Como antagonismos políticos a serem superados deveria ser, maiormente discutidas questões como: a) queda da estabilidade política, sobretudo nos países andinos; b) perpetuação da violência política, mesmo depois da transição para a democracia. Isto se deu de modo mais grave no Equador e na Colômbia; c) surgimento de novas lideranças de esquerda e o aumento do nacionalismo na América do Sul e, conseqüentemente, os populismos (Bolívia e Venezuela, por exemplo); d) regionalismo estratégico, sobretudo no cone sul; e) Crise diplomática Colômbia X Venezuela (as FARC); f) “erosão” da credibilidade do Mercosul junto ao Paraguai e Uruguai.

Alguns dos antagonismos no âmbito econômico são: a) o conflito Argentina X Uruguai na questão da fábrica de papel e celulose no Uruguai e conseqüente desgaste junto às aspirações integracionistas no Mercosul – apatia e indecisão política do governo brasileiro; b) crise Brasil X Bolívia. Com relação à utilização e exploração do gás boliviano pelo Brasil (Petrobras) – nacionalização dos recursos naturais bolivianos; c) “aliança estratégica” entre Brasil e Argentina; d) discrepâncias e antagonismos econômicos entre Brasil, Argentina e demais países membros dos Mercosul.

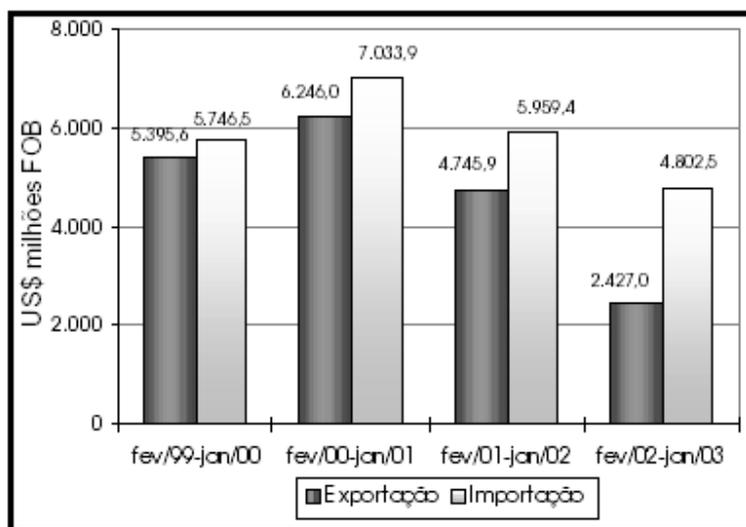
Os antagonismos sociais, importantes no processo de nivelamento e estreitamento da integração regional, a serem observados são: a) desarticulação social na América Latina; b) violência urbana e o crime organizado (Brasil e Colômbia) – as FARC e o narcotráfico; c) busca da equidade social (Lula - Brasil e Bachelet - Chile); d) incapacidade da preservação dos Direitos Humanos – minorias étnicas: como nos casos do massacre dos ianomâmis (Brasil), nas chacinas de Vigário Geral e da Candelária (Brasil) e na questão das minorias étnicas nos países andinos (povo mapuche).

Questões como essas devem ser consideradas mais do que “caprichos”, mas necessidades nacionais e propiciadoras de uma integração para o crescimento.

Considerando-se o papel de liderança desempenhado por Brasil e Argentina, não importando suas reais intenções no bloco, pode-se observar que algumas projeções baseadas nos crescimentos demonstrados no comércio e transações entre Brasil e Argentina são animadoras.

Na tabela abaixo, desenvolvida pelo Ministério da Fazenda, observa-se que entre os anos 1998 e 2003, a Argentina teve superávit nas suas atividades comerciais com o Brasil, o que veio a mudar a partir do ano de 2005, com uma otimização dos valores envolvidos.

**Gráfico 9**  
**Balança Comercial Brasil – Argentina**  
**Fevereiro a Janeiro - 1998 a 2003**



Fonte: Sistema Alice/MDIC

A “reaceleração” das economias no Cone Sul, logo após 2005, tem permitido uma observação mais otimista quanto ao fortalecimento do bloco, o que associado às decisões de Brasil e Argentina por um maior engajamento regional, permitem uma expectativa positiva com relação ao futuro do bloco e de suas relações econômicas.

## 7. CONCLUSÃO

Traçando-se uma abordagem desde os tempos de suas formações como Estados às rodadas de negociações e o estreitamento do período pós-ditaduras, Brasil e Argentina, já não se vêem como estranhos. A coexistência meramente de séculos e mesmo décadas atrás, estão longe da realidade de abertura de mercado e emaranhamento cultural e político. Hoje, Brasil e Argentina dependem um do outro. Das comemorações do primeiro centenário da independência argentina, às mãos dadas por Sarney e Alfonsín, por conveniência ou não, estes dois povos tem se unido e alavancado a economia regional.

Diante desse estreitamento de laços, o Brasil precisa conduzir com cuidado as suas relações com a Argentina e os demais países sul-americanos. Sempre existirá o risco de que sejam reavivadas antigas disputas e rivalidades. Diferenças de opinião e de situação nacional são normais e ocorrerão inevitavelmente. Mas não se deve permitir que essas divergências sejam magnificadas por redes de intrigas, prejudicando os objetivos estratégicos.

A quem interessaria afastar Argentina e Brasil? Nos dois países, há grupos influentes e identificados com a agenda de Washington que vêem com desagrado a aproximação entre argentinos e brasileiros. Esses grupos eram hegemônicos nos anos de 1990. Agora, contudo, o quadro é outro. A mudança foi – como sempre – mais dramática na Argentina do que no Brasil. Os argentinos passaram do alinhamento automático aos Estados Unidos ("relações carnavais" na infeliz expressão de um ministro do governo Menem) para uma posição declaradamente nacionalista<sup>42</sup>.

O Brasil, tipicamente mais cauteloso e pragmático, oscilou bem menos. Na década de 1990, não foi tão longe na subordinação aos Estados Unidos e ao chamado Consenso de Washington, mesmo nos piores momentos. No governo Lula, a despeito do conservadorismo da política econômica, a política externa começou a mudar. Acentuou-se a preocupação com a autonomia nacional e com a recuperação da iniciativa do país

---

42. *Estud. av.* vol.19 n.55. São Paulo Sept./Dec. 2005.

em matéria de relações internacionais.

Apesar do pragmatismo cauteloso da política externa, muitos resistem à mudança, inclusive dentro do governo. Assim, tudo tem que ser feito com grande habilidade. Um erro os defensores brasileiros da aliança com a Argentina e outros vizinhos certamente não cometerão: o de cair na armadilha de adotar poses e comportamentos de "líder da América do Sul". É tempo de estreitar laços e integrar a região, ainda que, para isso, finja-se que o gigante segue adormecido. A auto-afirmação de líder regional apenas revitalizaria antigas rivalidades e sentimentos esquecidos nos períodos militares e antes ainda, durante o Império.

Da coexistência à aproximação. De repente, dois estranhos parecem já há muito ter dado as mãos, tamanha a interação. Samba e tango nunca perfilaram no salão regional com tal sintonia. Um estreitamento tardio, mas que quando se deu, percebeu-se que muito mais aproximavam Brasil e Argentina, do que a paixão pelo futebol. O relacionamento é promissor.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, J.C. *Uma metodologia específica para o ensino de línguas próximas?*  
In : \_\_\_\_ (org.). *Português para estrangeiros interface com o espanhol*. Campinas, SP:  
Pontes, 1995. p. 9-21.

ATA CCM da XXVII Reunion de la Comision de Comercio Del Mercosur. Disponível em  
<http://www.mercosur.org.uy/>.

BUENO, Clodoaldo. *Idealismo e rivalidade na política externa brasileira da República: as relações com a Argentina (1889-1902)*. In: MENEZES, Albene Miriam F. & LUBISCO BRANCATO, Sandra Maria (orgs). *Anais do Simpósio O Cone Sul no Contexto Internacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 41-46.

CERVO, Amado Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (orgs). *Relações Internacionais dos países americanos*. Vertentes da História.

*Cena Internacional*. Vol. 9, nº 1. Brasília: IREL. 2007, p. 8.

*Cienc. Cult.* vol. 57 n.2. São Paulo: Abr./Jun. 2005.

Disponível no *site* das Nações Unidas (acessado em março de 2008). [http://www.onu-brasil.org.br/conheca\\_onu.php](http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php).

Disponível no *site* da Agência de Notícias da República Argentina.  
<http://www.telam.com.ar/home.php>.

DUROSELLE, J. B., *Todo o Império Perecerá*. Universidade de Brasília, São Paulo, 2000.  
*Rev. Brás. Polit. Int.* 49 (1): p. 164 (2006).

Estatísticas e fonte divulgadas na Agência de Notícias Radiobrás no site <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/01/17/materia.2007-01-17.4812567021/view> (Acessado em março de 2008).

*Estud. av.* vol.19 n.55. São Paulo Sept./Dec. 2005.

EYZAGUIRRE, Jaime. *Breve historia de las fronteras de Chile*. Santiago de Chile: Universitária, 1968, p. 80.

GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global. A economia mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LLAIRO, Maria de Monserrat & SIEPE, Raimundo. *Las Relaciones Argentino-Alemanas y la política exterior Del Estado-Nación argentino entre 1880 y 1914*. p.

MONIZ BANDEIRA, L. A., *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: Ed. Da UnB/Ensaio, 1995.

MOUSNIER, Roland. *História geral das civilizações. Os séculos XVI e XVII*. Livro I. São Paulo, Difel, 1973, p.163.

PULCINELLI O. Eni. *O que é a lingüística*. Ed. Brasiliense. 1999.

RENOUVIN, Pierre. *História de las Relaciones Internacionales*. Madrid: Taurus, 1964.

*Rev. Brás. Polit. Int.* 49 (1): p. 204 (2006).

*Rev. bras. polít. int.* vol.49 n.2 Brasília, July/Dec. 2006.

*Rev. bras. polít. int.* vol.50 n.1 Brasília Jan./Jun. 2007.

RÓNAI, P. *A tradução vivida*, 2.ed. Rio de Janeiro, 1981, p.37.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2004, p. 64.

VANDRESEN, P. *Lingüística contrastiva e ensino de línguas estrangeiras*. In: BOHN, I.& VANDRESEN, P. (org.). *Tópicos em lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: UFSC, 1988. p. 75-93.

Ver <http://www.mercosur.int/msweb/>. (Acessado em março de 2008).

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Editora Scipione, 1994.